

# QUANDO A ARQUITETURA SABIA A SAAL

Texto de Valdemar Cruz

Entre agosto de 1974 e outubro de 1976 os arquitetos portugueses, ao lado dos moradores das "ilhas" e dos bairros de lata, quase tocaram a utopia. O período de vigência do SAAL levou para a rua a discussão sobre o modelo de cidade e os moradores dos centros históricos aproveitaram para reclamar o direito ao lugar em vez da expulsão para a periferia. O processo é datado, padeceu de contradições, teve insuficiências, mas ousou questionar verdades estabelecidas. Isso foi-lhe fatal



ESPÓLIO DE ALEXANDRE ALVES COSTA



**A**os olhos de quem estava, chegavam como vindos de um mundo outro. Eram jovens, traziam no olhar, nas palavras novas, nos gestos decididos, na vontade de arrastar a transformação, a esperança de um quotidiano diferente para trabalhadores pobres, habituados à sobrevivência na “ilha”, no bairro clandestino, com teto, mas feito ruína. Na aparência do desleixo das roupas, eles e elas deixavam perceber uma outra pertença distante das gangas gastas e rotas, ou as camisas de flanela de cores desbotadas de quem os recebia. Vinham da cidade, mas era outra a cidade vivida quando vagueavam por aquele amontoado de casas cheias de gente sequiosa de mudar de vida. Percorriam os bairros clandestinos de terras como São Pedro da Cova, a escassos quilómetros do centro do Porto, ou em bairros de lata em Lisboa, Setúbal, no Algarve, e mergulhavam num tempo diferente, numa miséria julgada de outras latitudes. Isso



comovia-os. Dava força à certeza da utilidade do seu trabalho. Envolviam-se de corpo inteiro. Chegavam a deixar ali a alma, tão forte e inesperado era o envolvimento com as dores de uma população pela primeira vez colocada no centro da preocupação dos outros. Os outros corporizavam um dos mais gloriosos, ir-repetíveis e singulares projetos desenvolvidos pela arquitetura portuguesa contemporânea. Os outros rapidamente deixaram de ser vistos como o outro. Sem serem da comunidade, eram também a comunidade. Os outros, estudantes de arquitetura sempre dirigidos por um arquiteto sénior, eram os elementos das brigadas SAAL — Serviço Ambulatório de Apoio Local. Alguns desses outros vão estar hoje todo o dia em Serralves a discutir “o SAAL em retrospectiva”.

Eduardo Souto de Moura foi um desses outros a trabalhar no Bairro de S. Vitor, próximo da então Escola Superior de Belas Artes do Porto — ESBAP. Criado a 6 de agosto de 1974 por Nuno Portas, à época secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, o programa SAAL visava “apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas, no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros”. As frases valem pelo significado que conseguirmos ou quisermos atribuir-lhes. Aquela frase contida no despacho podia não passar disso mesmo. De uma frase. A urgência da mudança, a nova dinâmica criada pelo 25 de Abril, encarregaram-se de criar as condições para “uma experiência que não voltará a acontecer”, vaticina Souto de Moura. Para “miúdos com pouco mais de 20 anos”, prossegue, “foi o pôr em prática questões em vários campos, como na linguística, na expressão do desenho, no campo da política, da organização das associações de moradores com quem trabalhamos, e no campo da interação da componente social da arquitetura, no sentido de perceber se é mais social, ou se é uma ciência. Provou-se ali, em laboratório, que tinha essas duas vertentes”. O processo, constata, avança comandado “por ótimos professores da Escola, e por um mestre, que era Siza, embora na altura ainda não tivéssemos consciência disso”.

Álvaro Siza, sentado no seu gabinete ao final de uma manhã de domingo, recorda o início da intervenção no Bairro de São Vitor, “a pedido de um grupo de estudantes, entre os quais se incluíam Souto de Moura, Adalberto Dias ou Teresa Fonseca”. Cativa-o a autenticidade

do processo: “o debate era feito de uma forma aberta, e por vezes com grandes dificuldades”. Em São Vitor, por exemplo, “havia de início alguma reserva em relação aos técnicos, vistos como burgueses, e por isso não imediatamente aceites. Gradualmente foi havendo confiança de parte a parte”.

Aí tiveram um papel preponderante as comissões de moradores, que se assumiam como porta-voz de uma situação dramática vivida por milhares e milhares de famílias em todo o país. Alexandre Alves Costa, nomeado responsável pelo projeto SAAL no Porto, lembra a carência de 400 a 600 mil fogos no país, “com muita gente a viver em bairros de lata ou casas subalugadas”. Uma das mensagens saídas da Revolução do 25 de Abril passava pelo direito à habitação e isso implicava a existência de uma política de habitação social. Naquela situação de urgência, surgem os movimentos de ocupação de casas e impõe-se a necessidade de fazer algo capaz de dar substância às reivindicações que atravessavam o país. É nesse contexto que aparece o despacho de Portas, muito inspirado em modelos já testados em alguns países da América Latina, e do qual resultava a necessidade de organização de comissões de moradores, às quais era atribuído o direito, inicialmente através das câmaras municipais, a uma política de apoio para terem novas casas.

O despacho estimulava também a autoconstrução, e terá passado por aí aquela que veio a transformar-se numa diferença essencial entre o processo SAAL desenvolvido a Norte, em particular na zona do Porto, e o trabalho feito em Lisboa e algumas zonas da região Sul. Alves Costa fala da grande tradição da autoconstrução em Lisboa, ao contrário do que se passava no Porto. Além disso, realça, “as populações que mais rapidamente se organizaram e pediram para ser ajudadas por aquele organismo, eram muito centrais”. Tratava-se de moradores das “ilhas”, descendentes de operários, “populações muito conscientes politicamente, e com conhecimento do que tinham sido os projetos anteriores dos bairros camarários, com demolição das ‘ilhas’, expulsão para a periferia, atuação prepotente dos fiscais camarários, muitas vezes comprometidos com a PIDE”.

Álvaro Siza aborda também esta questão para dizer que “o Porto é especial. No centro histórico da cidade havia muita população agrupada em pequenas comunidades, as ‘ilhas’, que já vinham do século XIX”. Depois vieram os programas de erradicação das ‘ilhas’, com as populações deslocadas para a periferia e as comunidades a serem divididas

Os moradores saíram à rua para defender o direito à habitação





*O SAAL é talvez a primeira manifestação em que as pessoas não são afastadas dos centros históricos. Essa tentativa de manter os moradores no lugar, recuperando-o, é uma nova e atualíssima maneira de ver a cidade*



ESPÓLIO DE ALEXANDRE ALVES COSTA

Anúncio colocado por moradores do Bairro Chaves de Oliveira, Porto, 1975

sem qualquer preocupação com as consequências daquela separação forçada de moradores. Além disso, sublinha Siza, “nos bairros camarários passa a haver uma regulamentação tirânica”, com a “vida privada completamente vasculhada”, completa Alves Costa.

Todo este contexto faz nascer uma das principais reivindicações dos moradores no âmbito do processo SAAL: o direito ao lugar. Jorge Figueira, arquiteto, professor de história da arquitetura na Universidade de Coimbra e também docente da Faculdade de Arquitetura do Porto, defende ser esse um outro decisivo fator para explicar as especiais características do trabalho feito no Porto, com implicações diretas na prática da arquitetura. Até então, explica, “o que os arquitetos faziam era trabalho para a burguesia nortenha”. De repente, e devido àquela exigência do direito ao lugar, “têm a possibilidade de trabalhar no centro histórico da cidade. Não era pensável que, de um momento para o ou-

tro, fosse dada aos arquitetos a possibilidade de dialogar com as populações e construir no centro da cidade”.

Souto de Moura fala de “uma maneira nova de ver a cidade, sob o ponto de vista das pedras, e social, pelas pessoas. É talvez a primeira manifestação em que as pessoas não são afastadas dos centros históricos, que também não eram transformados em cenários teatrais. Essa tentativa de manter as pessoas no lugar, recuperando-o, é uma nova maneira de ver a cidade, que é atualíssima”.

Por outro lado, cruzam-se no SAAL o gosto pelo sítio e pelas preexistências com o desejo de ser moderno. O resultado é, assinala Figueira, “o cruzamento entre um conceito progressista, corporizado em Siza, e uma visão culturalista, protagonizada por Távora, e isso espantava muita gente lá fora”.

Como seria de prever, esta aproximação a um modelo novo de cidade, o facto em si mesmo de estar a ser discutido o burgo num espaço exterior aos gabinetes das câmaras municipais, numa espécie de democracia

participativa, com todas as contradições ideológicas que a época proporcionava, desperta alarme e preocupação em alguns sectores políticos e sociais. Mexia com interesses instalados, punha em causa projetos, planos municipais e planos especulativos. Ameaçavam-se interesses fundiários. Surgem ataques com origens diversas e acusações várias, inclusive de desvio de fundos. Os moradores começam a ver ameaçado um processo em que acreditaram, sucedem-se as manifestações, abrem-se querelas judiciais nunca concluídas e, como diz Jorge Figueira, “acaba por ser tudo muito traumatizante para os protagonistas”. De súbito, a 27 de outubro de 1976, os então ministros Costa Brás e Eduardo Pereira emitem um despacho a colocar um ponto final numa experiência transformadora, mas de curta duração.

Daí Alexandre Alves Costa, tal como Álvaro Siza, não considerarem a existência de uma arquitetura do SAAL, ou da Revolução, se preferirmos. Não houve tempo para isso. Jorge Figueira, pelo contrário, defende que aquela experiência, ao envolver várias cidades, pelo modo como tratou o direito à habitação dos moradores mais desfavorecidos, ou “por toda uma cultura que estava à flor da pele dos arquitetos, e que ali se materializa”, faz com que seja possível falar de uma arquitetura do SAAL. “Aquilo é a Revolução a entrar dentro das pessoas”, garante.

O trabalho daquelas brigadas de arquitetos pode, com o tempo, ter ganho uma dimensão mítica. Houve contradições. Alguns processos foram menos conseguidos, outros foram vilipendiados. Ainda assim, se há hoje um adquirido, é a constatação de que o SAAL é um dos elementos fundadores do que depois veio a ser conhecido como a arquitetura portuguesa contemporânea. Torna-se fundamental para a internacionalização dos arquitetos portugueses. Extinto o SAAL, muitos arquitetos ficam sem trabalho. Um deles, entre tantos outros, é Álvaro Siza. Ninguém lhes encomendava obra. Se é verdade, como diz Siza, que “não se inventa de repente uma nova linguagem”, não é menos certo que as experiências da Bouça e São Vitor, por exemplo, despertam a curiosidade dos poderes municipais em diferentes países europeus. Não queriam replicar o processo, mas desejavam experimentar aquela autenticidade de diálogo com as populações da qual resultou uma nova densidade no exercício da arquitetura, até aí inexistente entre os arquitetos portugueses. Começava então um tempo novo para a arquitetura portuguesa. ▴

[vcruz@expresso.impresa.pt](mailto:vcruz@expresso.impresa.pt)